



CÂMARA MUNICIPAL

NOVA LIMA

Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Senhor Presidente: “boa noite a todos. Solicito ao Senhor Secretário a chamada dos vereadores presentes”. Senhor Secretário: “boa noite a todos. Anísio Clemente, Cláudio José, Danúbio de Souza, José Carlos de Oliveira, José Doroteu, Joselino Santana, Juliana Ellen, Silvânio Aguiar, Thiago Felipe, Viviane Gomes”. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por nove votos. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente. Boa noite, colegas vereadores. Boa noite, público que nos acompanha de forma remota, público que nos acompanha de forma presencial. Eu solicitei à Casa para fazer uma palavra nos oradores inscritos, eu gostaria de reverter a ordem da pauta, que geralmente isso acontece ao final, para que possa ser feito agora, Presidente, e, no meu lugar, dar a palavra para a cidadã, moradora de Nova Lima, arquiteta e urbanista, Cláudia Pires, poder falar tanto para os vereadores, quanto para o público que nos acompanha”. Senhor Presidente:



“perfeito, vamos inverter a pauta e dar o espaço para a senhora Cláudia. Por favor, a senhora pode se direcionar à Tribuna”. Senhora Cláudia Teresa Pereira Pires: “boa noite a todos, cidadãos de Nova Lima, moradores dessa cidade. Cumprimento a todos na Mesa, na pessoa do Presidente Thiago Almeida. Gostaria de cumprimentar e agradecer a vênua que a vereadora Juliana Sales nos dá. Eu estou aqui representando os Movimentos de Moradias de Nova Lima, solicitando aqui que haja um empenho por parte dessa Casa e por parte do Prefeito João Marcelo de votar os projetos referentes à política habitacional de Nova Lima, mas aceitando nessa votação as emendas feitas pelos movimentos populares de luta pela moradia dessa cidade, em especial o Projeto de Lei 2.336 de 2023 que sofreu várias emendas, teve vistas, foi à comissão novamente e está aqui para ser votado hoje. A gente discute os parâmetros, discute algumas questões colocadas pela Secretaria de Habitação e pelo Executivo Municipal, e solicita o aperfeiçoamento do projeto. E o segundo é o Projeto 2.368 de 2023, que autoriza o Executivo Municipal a doar terras para o Fundo de Arrendamento Residencial, nós já pedimos durante vários anos, aqui nessa Casa e fora dela, eu mesma, como secretária de habitação, que houvesse um empenho por parte do Executivo Municipal para que se encaminhasse a essa tribuna aqui, a esse pleito a solicitação de inclusão, dentro dos processos de doação, de doação de terras para o Fundo de Desenvolvimento Social para que os movimentos de moradia organizados e entidades sem fins lucrativos pudessem fazer também a produção habitacional. Então, nós viemos aqui hoje, novamente, cansados de reiterar isso junto ao Executivo, solicitar dessa Casa uma atenção especial a essa solicitação dos movimentos



de moradia. Então, que se faça a inclusão do 2368 de 2023, a inclusão do Fundo de Desenvolvimento Social e que se acate no Projeto 2336 de 2023, que fala sobre os parâmetros urbanísticos e qualifica áreas para a produção habitacional, o aperfeiçoamento necessário para que se torne viável produzir habitação de interesse social nessa cidade, habitação de qualidade e habitação cara a todos os munícipes de Nova Lima. Agradeço muita a atenção. Boa noite”. Senhor Presidente: “leitura de correspondências”. Senhor Secretário: “Nova Lima/MG, 12 de dezembro de 2023. Ofício Gabinete da Presidência, nº 424/2023. Referência: Solicitação. Exmo. Sr. Desembargador Octavio Augusto de Nigris Boccalini, DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Com a minha cordial visita, trago a sempre atenciosa consideração de V. Exa. o seguinte: No município de Nova Lima há uma região densamente povoada, denominada Jardim Canadá, localizada nas margens da BR 040. Estima-se que quase 30 mil pessoas lá residem, tendo número de eleitores em torno de 7 mil. Com a proximidade das eleições de 2024, entendemos que seria extremamente necessário e eficaz a instalação, nesta região, de um Centro de Atendimento ao Eleitor, com a finalidade de otimizar alistamento eleitoral, revisão do título eleitoral, dentre outros serviços. O Poder Legislativo está apto a fornecer toda a estrutura necessária para a instalação deste “centro de atendimento”, sendo certo que tal medida iria contribuir sobremaneira com a construção da cidadania para a população daquela região. Apresento a V. Exa. votos de consideração e apreço, aproveitando para desejar à V. Exa., seus familiares e funcionários do TRE/MG (e familiares), um feliz natal e um próspero ano novo. Atenciosamente, Thiago Felipe de



Almeida. Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima/MG (biênio 2023/2024)”.  
Senhor Presidente: “apresentação de proposições, inexistente”. Prosseguindo, o Senhor

Presidente solicitou a leitura dos pareceres: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 2.217/2023, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Dispõe sobre a autorização para criação de programa especial para preservação do Rio das Velhas no Município de Nova Lima, apresentação de ações intersetoriais de prevenção e enfrentamento às consequências das chuvas no Município de Nova Lima, altera as leis municipais que especifica e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do veto. 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 2.227/2023, autoria do vereador José Doroteu Martiniano, que “Cria o Selo de Responsabilidade Social “Instituição Parceira da Mulher”, certificando instituições que priorizam a contratação e/ou capacitação de mulheres, sobretudo de mulheres em situação de violência doméstica e/ou em situação de vulnerabilidade econômica”. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do veto. 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 2.242/2023, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Autoriza o Poder Executivo de Nova Lima a criar o Programa Clínica Escola da Pessoa Autista, com o objetivo de incluir as pessoas autistas na Educação Pública Municipal”. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do veto. 4) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 2.270/2023, autoria da vereadora Viviane



Gomes de Matos, que “Garante aos usuários do Sistema Único de Saúde o acesso eletrônico para agendamento de consultas médicas, atendimentos, informações acerca dos plantões médicos na rede municipal de saúde do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do veto. 5) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Parcial, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 2.279/2023, autoria do Poder Executivo, que “Moderniza as normas para contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do veto. Senhor Presidente: “só uma correção, os vetos foram aglutinados, então eles pegaram... Como o parecer foi para a mesma comissão, então é um parecer bem geral”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Boa noite a todos e todas. Boa noite ao público que nos acompanha das galerias e quem também nos acompanha de casa, pelas nossas redes. Senhor Presidente, eu gostaria de pedir, nós temos os projetos 2217, 2227, 2242, 2270 e 2279 com o parecer já pronto, então eu gostaria de pedir que a gente colocasse esses projetos em votação ainda nessa sessão de hoje”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa interstícios e que se faça a votação ainda hoje. Em discussão, em votação, os vereadores concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Os vetos serão votados nessa reunião. Só para situar os vereadores, vamos para o sexto”. 6) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais; e de Meio Ambiente referente ao Projeto de Lei nº 2.367/2023, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Fixa normas de caráter local, nos



termos do inciso VI, art. 23 da Constituição Federal e do artigo 30, inciso XXXII da Lei Orgânica do Município, sobre a participação social nos processos autorizativos de empreendimentos minerários com alto impacto ambiental e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a votação em primeiro e segundo turno, ainda nesta reunião. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.368/2023, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a doar áreas de propriedade municipal para viabilizar a construção de moradias populares no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, já em consonância com o pedido que foi feito, eu quero pedir a votação desse projeto ainda hoje, que é o projeto justamente que a Cláudia fez menção aqui agora”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de pareceres e interstícios e que se faça a votação, ainda nesta reunião, do Projeto de Lei nº 2.368/2023. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. O projeto será votado em dois turnos nessa noite”. 8) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 435/2023, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Empresa Cidadã à Empresa Irene Noivas no município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Silvânio Aguiar



Silva: “Senhor Presidente, eu quero também solicitar a votação desse projeto, com dispensa de interstícios, na reunião plenária de hoje”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de pareceres e interstícios e que se faça a votação, ainda nesta reunião. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. O Projeto de Decreto Legislativo será votado nessa reunião”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, nós vamos entrar na segunda parte da reunião, em que vamos fazer a discussão e votação dos projetos. Agora vai ter a leitura das emendas que vão ser adicionadas aos projetos. Eu gostaria de assim como fizemos a semana passada e são muitas emendas e todo os vereadores já têm consciência, já fizeram leitura das emendas, que a gente pudesse fazer a dispensa da leitura dessas emendas, que lesse só o preâmbulo delas e pronto”. Senhor Presidente: “vou consultar o Plenário. Só a justificativa, não é?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “só o preâmbulo, não é? Acho que só o preâmbulo, igual fizemos semana passada”. Senhor Presidente: “são bastantes. Vamos parar cinco minutos para a gente resolver entre os vereadores aqui, são muitas. Suspender por cinco minutos. Peço desculpa à plateia e a quem está nos assistindo em casa”. Decorridos os cinco minutos, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei Complementar nº 2.361/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da área da Educação do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.361/2023”. O Senhor Secretário proferiu



leitura da Mensagem nº 71, de 12 de dezembro de 2023, autoria do Poder Executivo, que submete à apreciação da Casa a presente mensagem modificativa da proposição constante do Projeto de Lei Complementar nº 2.361/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da área da Educação do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Senhor Presidente: “nós vamos votar as emendas em bloco, então a gente vai ler e vai votar, por vereador. Primeiro, uma emenda modificativa do Executivo. Em discussão”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “para discutir, Presidente. O Poder Executivo apresentou essa emenda modificativa, correto?”. Senhor Presidente: “isso”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu tive acesso a ela, às quatro horas da tarde. Nesse pouco tempo que eu e a minha equipe tivemos para debruçar e estudar, não foi o tempo necessário para a gente estudar um projeto de tamanho a complexidade. Acho que talvez seria interessante, se o líder de governo, aqui representando o Executivo, nos explanasse o que essa emenda modifica no projeto anterior, porque isso clareia para que a gente vote com segurança essa emenda do Poder Executivo, porque realmente foi muito rápida a forma como se deram essas modificações todas. Eu gostaria de ter mais informação a respeito de como se deu e, ponto a ponto, o que está modificando no projeto original. Obrigada”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, eu prefiro que a gente pare mais uma vez a reunião e faça a discussão”. Senhor Presidente: “perfeito”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, mas é para explicar para a sociedade”. Senhor Presidente: “se o senhor quiser parar, mas a gente já está em votação”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “quero que pare”. Senhor Presidente:





“podemos prosseguir também e ir para a votação das emendas, se os vereadores concordarem com as emendas que já foram apresentadas”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então perfeito, eu prefiro que seja assim”. Senhor Presidente: “vamos? Então tá. Os vereadores que concordam permaneçam como estão, os que discordam se manifestem”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “contra. Ninguém soube explicar o que o Executivo quer com essas emendas. E essas emendas não contemplam nenhuma das minhas emendas apresentadas, que é o que a categoria necessita, inclusive as secretárias que sequer foram ouvidas nesse processo”. Senhor Presidente: “aprovada a emenda modificativa do Executivo, oito votos a um”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Na verdade, eu queria era que tivesse feito a inversão e tivesse lido as minhas emendas, as emendas que a gente tinha, da Casa, anteriormente à votação, mas já que foi feita a votação. Porque o projeto realmente tem emendas nas minhas proposituras, ouvindo as servidoras, que seriam de importância e de grande relevância para a transformação. Eu gostaria que, pelo menos, lessem para que desse ao público a notoriedade das emendas, por favor”. Senhor Presidente: “vamos dar sequência. Como a gente está indo em bloco, gente, as emendas agora são da vereadora Viviane. Então, ele vai ler todas, depois a gente vota todas. Pode ser, vereadora? Então tá, perfeito. Você vai ler as da vereadora Viviane, a justificativa de todas as emendas pode pular, depois, a gente dá a palavra para a vereadora justificar. Só o preâmbulo, perfeito”. O Senhor Secretário proferiu leitura: 1) “Emenda modificativa. Projeto de Lei 2.361/2023 Dê-se ao art. 11 do Projeto de Lei 2.361/2023 a seguinte redação: Art. 11. A título de progressão por



aperfeiçoamento profissional, até 20% (vinte por cento) dos servidores integrantes da Carreira da Educação poderão evoluir nas Tabelas de vencimentos-base dos Anexos I-B, II-A e III-A a cada 30 (trinta) meses contados a partir da vigência desta Lei. § 2º. Para os fins deste artigo, o servidor poderá fazer jus a 1 (um) nível nas Tabelas de vencimentos-base dos Anexos I-B, II-A e III-A, desde que tenha concluído no período mencionado no caput cursos de extensão, reciclagem, atualização e/ou aperfeiçoamento na área da Educação, cujo somatório seja de, no mínimo, 200 (duzentas) horas, e que não tenham sido utilizados para fins da progressão por aprimoramento educacional de que cuida esta Lei, conforme dispuser o seu regulamento”. 2) “Emenda modificativa. Projeto de Lei 2.361/2023. Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei 2.361/2023 a seguinte redação: Art. 4 A Tabela de Vencimentos-base do cargo público de Supervisor Escolar é a constante do Anexo I-B desta Lei, sendo que o ingresso do servidor em seu cargo público ocorrerá no nível inicial previsto nas referidas Tabelas. Parágrafo único. O nível inicial da Tabela de vencimentos-base prevista no Anexo I-B desta Lei para o cargo de Supervisor da Educação Básica deverá observar o disposto na Lei Municipal nº 3.057, de 26 de outubro de 2023, proporcionalmente à jornada semanal atribuída ao servidor público”. 3) “Emenda modificativa. Projeto de Lei 2.361/2023. Suprima-se do Projeto de Lei 2.361/2023: I - o Capítulo V - Das aulas excedentes; e II - o Anexo I-A”. 4) “Emenda modificativa. Projeto de Lei 2.361/2023. Dê-se ao art. 7º do Projeto de Lei 2.361/2023 a seguinte redação: Art. 7º. Os atuais servidores ocupantes dos cargos públicos efetivos de Supervisor da Educação Básica, de Secretário Escolar, de Servente Escolar e de Auxiliar



de Serviços Gerais que tiverem seus cargos transformados no cargo de Auxiliar de Serviços de Educação Básica, enquadrados neste Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações, serão posicionados nas Tabelas de vencimentos-base dos Anexos I-B, II-A e III-A, respectivamente, no nível correspondente ao valor de vencimento-base que lhe for devido até o instante da vigência desta Lei, caso coincidentes os valores respectivos, ou, em hipótese diversa, no nível vencimental imediatamente superior. § 1º. Ato contínuo ao seu enquadramento nas Tabelas de vencimentos-base dos Anexos, I-B, II-A e III-A, conforme a regra estabelecida no caput deste artigo, e excluídas as gratificações e adicionais relacionados na Lei nº 2.590, de 2017, as demais vantagens remuneratórias de caráter permanente, administrativas e/ou judiciais, pagas até a data da vigência desta Lei aos ocupantes dos cargos públicos enquadrados neste Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações serão transformadas em vantagem pessoal nominalmente identificada, paga em parcela pecuniária única, a ser atualizada conforme os termos do caput do art. 114 da Lei Orgânica do Município de Nova Lima ou conforme dispuser lei municipal específica”. 5) “Emenda modificativa. Projeto de Lei 2.361/2023. Dê-se ao art. 10 do Projeto de Lei 2.361/2023 a seguinte redação: Art. 10. A título de progressão por aprimoramento educacional, até 25% (vinte e cinco por cento) dos servidores integrantes da Carreira da Educação poderão evoluir nas Tabelas de vencimentos-base dos Anexos I-B, II-A e III-A a cada 12 (doze) meses contados a partir da vigência desta Lei. § 5º Os atuais servidores ocupantes dos cargos de Professor da Educação Básica e de Supervisor da Educação Básica enquadrados neste Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações



poderão candidatar-se à progressão por aprimoramento educacional valendo-se dos cursos de que cuida o § 2º que tenham sido concluídos a partir do seu ingresso em seu cargo público efetivo e desde que já não tenham se utilizado dos mesmos para a obtenção de vantagem pecuniária que já tenha sido integrada à sua remuneração até a vigência desta Lei”. 6) “Emenda aditiva. Projeto de Lei 2.361/2023. Acrescente-se ao art. 4º-A do Projeto de Lei 2.361/2023 o seguinte dispositivo: Art. 4º-A. A Tabela de Vencimentos-base, as regras de progressão e as iniciativas de incentivo e valorização do cargo público de Professor da Educação Básica deverá ser estabelecida mediante negociação coletiva da classe e aprovação em audiência pública, convocada conjuntamente pelo Poder Executivo e a Comissão de Educação. Parágrafo único. A negociação coletiva de que trata o caput, não poderá estabelecer parâmetros inferiores ao estabelecido pela Lei 11.738/2008 que regulamenta a alínea ‘e’ do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, e as demais normativas federais que orientam a matéria”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “em discussão, Presidente. Boa noite a todos que nos assistem de casa, que estão aqui. É importante ressaltar que depois da nossa reunião na semana passada, eu tive a oportunidade de levar a discussão, como que é importante a gente ter realmente com a gente a questão da articulação e do diálogo. Pós reunião, eu consegui agendar, estivemos ontem junto ao secretário de governo, ao jurídico e com representantes da educação, onde nós conversamos. A minha defesa e a defesa dos



professores continuam a mesma, que é a evolução na carreira, que é o enquadramento, é o servidor se reconhecer nessa carreira. Para quem está chegando, realmente a carreira vai ter um início pautado no Plano Nacional de Educação e durante todo o processo do plano de carreiras, nós não tivemos nenhuma citação da questão do Plano Nacional de Educação que eu solicitei, então por isso eu solicitei a leitura da emenda, para que a gente pudesse avançar na questão daquilo que eu acredito. Mas eu quero realmente, na pessoa do Silvânio, agradecer vocês que são os vereadores que realmente deram tempo para que a gente pudesse avaliar um pouco mais o processo, ouvir os servidores que nos procuraram e fazer diferença nessa discussão, porque a discussão e a articulação entre nós, para que as políticas públicas cheguem a quem realmente é de direito, é de suma importância. Então, por isso, que eu gostaria muito da votação das minhas emendas essa noite para que a gente possa avançar na carreira”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “para discutir, Presidente. Embora eu reconheça a legitimidade, o mérito das emendas propostas pela vereadora Viviane, como a gente está votando em bloco as emendas da vereadora, eu vou ter que votar de forma contrária, e eu quero citar dois exemplos do porque eu estou votando contrário, porque nossas emendas, em alguns pontos, elas batem. E aí, não faz sentido eu votar favorável de uma se ela não encaixa com a minha, entendeu? Eu vou citar o exemplo, por exemplo, da emenda 3 da vereadora, que altera o artigo 10º da progressão do aprimoramento educacional, eu apresentei uma emenda que altera o caput, retirando o percentual de professores e colocando para todos, dando cobertura máxima na progressão por aprimoramento educacional, que antes era até 25%. Já na emenda da



vereadora, mantém os 25% que foi retirado na minha emenda e diminui o período de evolução da tabela de 30 para 12 anos”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “12 meses”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “perdão, 12 meses. Temos pontos positivos, mas bateria na minha emenda e não faz sentido eu votar favorável. O outro exemplo é a emenda número 4, que altera o artigo 11º da progressão por aperfeiçoamento profissional, eu retiro do caput do artigo a disposição que diz que apenas até 20% dos servidores integrantes da carreira da educação poderão evoluir nas tabelas de vencimentos, estendendo essa cobertura a todos, sem definir percentual mínimo. Já na da vereadora, mantém o percentual de 20% que eu retirei na emenda. Então, reconheço o mérito, reconheço que tem vários pontos positivos, mas eles são conflitantes em alguns momentos com as minhas emendas. Então, é somente por isso, vereadora, mas parabéns pela propositura e por contribuir nessa discussão. Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que discordam permaneçam como estão, os que concordam se manifestem. Vereadora Viviane. Então, oito votos contrários à emenda, um favorável. Próximo, agora a gente vai fazer da vereadora Juliana, as emendas no projeto”. O Senhor Secretário proferiu leitura: 1) “Emenda ao Projeto de Lei 2.361/2023. Art. 1º. Altera o item ‘Atribuições Específicas, Dentre Outras Previstas No Regulamento Desta Lei’ do Anexo II do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a ter a seguinte redação...”. 2) “Emenda ao Projeto de Lei 2.361/2023. Art. 1º. Altera o item ‘Jornada de Trabalho’ do Anexo II do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a ter a seguinte redação: Jornada de trabalho: 30 horas semanais, distribuídas conforme dispuser ato do Titular da Secretaria Municipal de Educação. Art.



2º. Altera o item ‘Jornada de Trabalho’ no caput do Anexo II-A do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a ter a seguinte redação... Art. 3º. Altera a tabela do caput do artigo 17º, do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação...”.

3) Emenda ao Projeto de Lei 2.361/2023. Art. 1º. Altera o parágrafo único do artigo 4º do Projeto de Lei 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 2º. Altera o caput do artigo 8º do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 3º. Altera o parágrafo único do artigo 8º do Projeto de Lei 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 4º. Altera o texto do caput do artigo 9º do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 5º. Adiciona o § 5º ao artigo 9º do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 6º. Altera o caput do artigo 10º do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 7º. Altera as alíneas ‘c’, ‘d’ e ‘e’ do § 2º, inciso I, do artigo 10º, do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 8º. Altera o texto do § 3º do artigo 10º, do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 9º. Altera o caput do artigo 11º do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 10º. Altera o § 3º do artigo 11º, do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 11º. Suprime a alínea II do § 4º do artigo 12º, do Projeto de Lei nº 2.361/2023... Art. 12º. Altera o texto do caput do artigo 13º do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 13º. Adiciona o § 6º ao artigo 13º do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação...



Art. 14º. Altera o texto do caput do artigo 14º do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 15º. Altera a tabela do caput do artigo 16 do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação... Art. 16º. Altera a tabela do caput do artigo 17º do Projeto de Lei nº 2.361/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação...”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “para discutir, Presidente. Ontem à noite, por volta das oito horas, eu tive uma reunião tão importante, tão rica com as secretárias, servidoras efetivas da educação, secretárias de creches, de escolas municipais. E um processo que é devagar mesmo, veja, ontem eu conversei com elas, hoje a gente já está discutindo um futuro que rege sobre a vida delas e de tantas outras pessoas, e de forma tão intempestiva. Eu discordo veementemente dessa forma como está sendo feita essa discussão, que sequer ouvir essas secretárias, essas secretárias não foram chamadas para essa discussão, elas estão se sentindo solitárias e desamparadas. A partir da escuta que eu fiz com essas secretárias, a gente acolheu as demandas, apresentamos em forma de emendas porque elas, sequer, foram vistas como servidoras dentro desse plano de cargos e salários apresentado pelo Poder Executivo, sem diálogo algum e de forma muito rasa. Eu tive pouco tempo para ler a emenda modificativa do Poder Executivo, não atende aos pedidos do Conselho Municipal de Educação, não atende os pedidos do Sind-UTE, não atende as emendas que a gente apresenta em nome daqueles servidores que querem ver uma progressão de carreira digna. Porque o que foi apresentado pelo Executivo é uma piada, não é um plano de cargos e salários sério. A gente não vê nenhuma valorização daqueles servidores que





estão ali há dez, quinze, vinte, vinte e cinco anos, dedicando uma vida às nossas crianças, aos nossos adolescentes. Poxa vida, tem profissão mais digna do que professor? Tem profissão mais digna do que todos aqueles que fazem parte do escopo que é uma escola, que é uma creche? Então, eu lamento muito a forma como tem se dado essa discussão, sem diálogo, sem audiência pública, sem uma construção coletiva. O meu mandato tentou acolher, mesmo ressaltando que muitas dessas proposituras que a gente fez aqui poderiam ser vistas como inconstitucionais, mas a gente sabe que o Direito não é uma matéria exata, que ela pode ser bem avaliada, da forma como bem entenderem aqueles que estão analisando, mas a gente buscou de uma forma muito acolhedora ouvir essas pessoas que sequer foram ouvidas durante todo esse processo que durou três anos. Em três anos não ouviram as secretárias, em três anos não ouviram a base de forma verdadeira e justa. Então, o que a gente faz aqui é acolher de forma muito respeitosa, sem enganar ninguém, sem levantar expectativas falsas, a gente foi muito pé no chão ao construir essas emendas de forma conjunta. E a gente queria que os vereadores da base se sensibilizem com esse processo, que foi feito de forma muito rápida, mas de forma muito coletiva, porque ele simplesmente busca melhorar aquilo que foi feito de forma muito porca, muito feia e desrespeitando toda uma trajetória desses servidores que estão dedicando uma vida à nossa educação. Então, quero mais uma vez deixar o meu mandato à disposição dessas pessoas. Muitas vezes eu errei aqui com os profissionais da educação nesse espaço, com falas muitas vezes calorosas e que fizeram com que vocês se sentissem magoados, mas saibam que todas as vezes que aqui eu estive foi com a melhor das intenções, que mesmo



errando, eu estive aqui tentando representar vocês. Então, eu aproveitei esse ensejo para pedir desculpa nos momentos que eu fui muito acalorada, mas que saibam que esse mandato é um mandato coletivo, é um mandato popular, é um mandato que defende o funcionalismo público e é um mandato que está ao lado de vocês. Então, é para isso que eu estou aqui e é para isso que eu apresentei essas emendas. Muito obrigada, Presidente”

Senhor Presidente: “os vereadores que discordam permaneçam como estão, os que concordam se manifestem. Reprovado, oito votos a um. Vamos agora à votação do projeto. As emendas foram apresentadas, nós vamos votar agora o projeto que a gente estava falando sobre as emendas”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria que votasse esse projeto em segundo turno também, hoje”. Senhor Presidente: “perfeito. Consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a segunda votação também nessa noite. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Votação do Projeto de Lei Complementar nº 2.361/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da área da Educação do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira votação, com emenda modificativa, em discussão”.

Vereadora Juliana Ellen de Sales: “para discutir, Presidente. Acho que foi uma derrota coletiva aqui nossa, muito triste, porque a gente ficou por horas, inclusive madrugadas, construindo. Eu agradeço imensamente a minha equipe, que é super técnica, que é super qualificada, que construiu junto com os servidores essas emendas. Lamento profundamente por essa derrota. E eu acho que, novamente, a forma como foi feita é uma



farsa, é brincar com o servidor efetivo, é brincar com a carreira desses profissionais, não contempla a categoria, é uma vergonha chamar isso de plano de cargos e salários, que não abraça aqueles que estão ali há anos. É óbvio que vai gerar mais concursos públicos, a prefeitura tem inclusive denúncias no Ministério Público que eu inclusive fiz pela falta de concurso público que existe hoje na cidade, de não realizarem concurso público. Então, isso é uma coisa óbvia que eles têm que fazer, isso é algo que independente desse plano de cargos e salários, a prefeitura em algum momento teria que fazer porque a sobrecarga populacional aumentou muito e os servidores não dão conta mais de atender a população com a quantidade de efetivos que a gente tem. Mas eu voto contra como voto de revolta, como um voto de lamento mesmo, novamente pela falta de diálogo, novamente pela mentira que foi dita na mensagem, falando que foi dialogado com os servidores e não foi, da forma como foi construída essa tabela, onde os servidores não conseguem se encaixar, com progressões de cem reais em dois anos. Umas coisas assim, que é rir da cara do cidadão nova-limense, que é rir da cara dessas famílias e dessas pessoas. Então, eu voto contra esse projeto do Executivo, Presidente”. Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão, os que discordam se manifestem. Aprovado, nove votos favoráveis, um contrário. Em segunda e última votação, em discussão”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “em discussão, Presidente. É de suma importância a gente entender que hoje, por mais que as nossas emendas foram derrotadas, a gente precisa começar a caminhar dentro do que está sendo aprovado aqui. No momento oportuno, ainda nessa sessão, eu solicitarei através de requerimento a criação de



uma comissão, que inclusive eu já conversei, nós conversamos sobre isso ontem, com a Cláudia que é representante do Sind-UTE, e para que a gente possa acompanhar de perto esse enquadramento do servidor nessa carreira, para ver o que tem de ganho. E aí, eu gostaria muito que os pares entendessem que é uma das primordiais funções da nossa Comissão de Educação na Câmara e que a gente precisa realmente acompanhar de perto, para sanar esses desafios que a gente vai enfrentar de tentar fazer com que cada servidor se reconheça na carreira. E também eu quero relembrar e vou, no momento oportuno, falar do requerimento que eu fiz no dia três de outubro de 2023, sobre a questão do rateio do FUNDEB, que acontece em diversos municípios mineiros, inclusive em Belo Horizonte, e que foi feito realmente um requerimento nosso para que nós, servidores da educação do município de Nova Lima, pudéssemos ter uma parcela disso também. E rogo ao Executivo, peço também aos pares, que possa realmente trazer pelo menos isso como um ganho para a gente nessa questão desse ano, que Belo Horizonte contemplou cada servidora da educação estão com 3.500 por cargo, de rateio. Então, quem tem dois cargos no município de Belo Horizonte recebeu um rateio de 7.000 reais. E o nosso município tem como fazer, então fica aí o nosso pedido que eu farei novamente no momento oportuno”. Senhor Presidente: “perfeito, vereadora. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos favoráveis, um contrário. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.361/2023 à sanção”. 2) Senhor Presidente: “Projeto de Lei Complementar nº 2.362/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. Vamos fazer da mesma



forma com as emendas. Solicito ao Senhor Secretário leitura da emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 2.362/2023”. O Senhor Secretário proferiu leitura da Mensagem nº 70, de 12 de dezembro de 2023, autoria do Poder Executivo, que submete à apreciação da Casa a presente mensagem modificativa da proposição constante no Projeto de Lei Complementar nº 2.362/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “em discussão, Presidente. Boa noite a todas, boa noite a todos que nos acompanham presencialmente e também pelas redes sociais. Primeiro, Presidente, eu quero cumprimentar o Comandante da Guarda Civil Municipal, o senhor André, o nosso Corregedor também, o André Nolasco, o Subcomandante da Guarda, o Odirlei, demais amigos e companheiros da Guarda Civil Municipal, que hoje está no plenário, a gente vê uma participação maciça dos nossos servidores da Guarda Civil Municipal. Bom, Presidente, eu quero cumprimentar o vereador Silvânio que pediu vista na última reunião e a gente teve esse tempo, essa semana, para que a gente pudesse discutir junto com o Poder Executivo. E também, Presidente, agradecer o senhor, a sua participação nessa discussão, de fato, ajudou muito para que a gente pudesse chegar nessas mudanças que foram encaminhadas pelo Poder Executivo. A gente viu, desde quando esse projeto entrou, várias manifestações, vários amigos da Guarda Civil Municipal nos procuraram, procuraram o senhor, procuraram outros vereadores. E um pouco diferente do que aconteceu na Educação, nós tivemos voz, nós tivemos condição de levar esses servidores para sentar na mesa e discutir. Então, tudo



que foi apresentado nessas emendas modificativas foi uma construção: construção dos Guardas Civis Municipais, construção nossa, dos nossos vereadores, construção do governo. Nós temos que também citar a questão do Francisco, secretário de governo, que deu todos os aparatos para que a gente pudesse chegar nesses acordos. E eu me lembro muito bem, Presidente, na época da campanha, quando a gente estava caminhando junto com o prefeito, num dia muito chuvoso, a gente fez uma reunião com os companheiros da Guarda Civil Municipal, no antigo espaço do Paulinho, e muitas coisas que hoje serão aprovadas aqui, foram ali acordadas e colocadas no plano de governo do prefeito. E a gente vê a importância de cumprir o que foi falado lá atrás. Eu acho que quem é Guarda deve estar com o mesmo sentimento que eu, de quase vinte anos trabalhando e vendo muitas coisas acontecendo, muitos envolvimento políticos. E, hoje, com essas mudanças que a gente está tendo aqui, o Guarda vai ter o crescimento pela valorização dele próprio, se ele tiver condição, ele vai crescer na carreira, ele vai ter oportunidade, sem precisar de ter apadrinhamento político de ninguém. Só nessas mudanças que a gente colocou, Presidente, nós estamos falando da questão da periculosidade, por exemplo. No projeto anterior falava da questão somente de portar ou não arma de fogo, hoje, só de estar exercendo a função, nós vamos receber a periculosidade. E aí, Presidente, uma periculosidade que antigamente era pago 20% em cima do menor salário da prefeitura, hoje, vai ser 30% em cima do menor salário da Guarda, nós estamos falando de um ganho de mais de 460 reais para o servidor da Guarda Civil Municipal. Teve um erro na questão do ticket de alimentação que foi corrigido. A gente está falando aqui da hierarquia, que é



de suma importância para qualquer categoria como a nossa, uma categoria armada, uma categoria que tem uma hierarquia, isso foi corrigido também no texto, respeitando todos os Classes Especiais que estão aqui hoje, que foram de suma importância também para a construção. Nós estamos falando aqui de uma coisa que nós já pedimos várias vezes, que foi colocado também na reunião junto com o prefeito, a questão do auxílio fardamento. Nós temos que cumprimentar o Comando que, nesse ano, vai entregar para a gente todo o fardamento que nós não recebemos desde 2004, fardamento operacional, fardamento de gala. E a partir do ano de 2025, aí sim, nós vamos ter o auxílio fardamento que tanto a gente correu atrás, tanto a gente pediu. Nós temos aqui, Presidente, quando eu falei da questão do envolvimento político, cargos de inspetores e subinspetores, que eram indicados, hoje serão prova, uma luta nossa também. Prova, quem tiver condição e passar na prova será inspetor e subinspetor. Nós temos aqui que falar do ganho real na questão de enquadramento, hoje todos os Guardas Civis Municipais, concurso 2004/2005, terão enquadramento na categoria 11 e 12, o que também significa um ganho real de mais ou menos 360 reais para cada Guarda Civil Municipal. Então, isso, Presidente, é uma luta, é uma conquista de todos nós. Eu não posso deixar de falar de toda a participação, mais uma vez, Presidente, agradecer o senhor por toda essa parceria que o senhor teve. Eu acho que a Guarda Civil Municipal sentou na mesa, a Guarda Civil Municipal falou que tinha o que ser falado, foi respeitada. E aí, essa questão dessa importância, que eu fui muito, vamos dizer assim, metralhado nessas últimas semanas por várias pessoas que nunca chegaram para conversar comigo e me perguntaram, simplesmente iam do que ouvia



falar, ‘ah, porque fulano de tal falou você fez isso’, ‘fulano de tal falou que você fez aquilo’. Eu fui intitulado o vereador da Guarda. Eu não sou vereador da Guarda, eu sou vereador da cidade de Nova Lima, vereador da cidade de Nova Lima. E eu sou um Guarda Civil Vereador e, como Guarda Civil Vereador, eu nunca ia deixar que um projeto passasse aqui, sem que a gente pudesse ter diálogo com o prefeito, o prefeito que caminhou comigo, que eu caminhei com ele, nós estamos juntos aqui. Isso é um ganho surreal para a Guarda Civil Municipal. Nós teremos um corregedor hoje, que tinha colocado no projeto anterior, que vai ser o próximo projeto, que poderia ser por indicação ampla. Não, o corregedor vai ser Guarda Civil Municipal, mais um ganho que nós estamos tendo aqui. Então, eu acho que a Guarda Civil Municipal sai daqui hoje com uma vitória muito grande. Muitas coisas já foram feitas, a questão de armamento, treinamentos, viaturas, condições de trabalho. Nós agora vamos batalhar por mais coisas que foram prometidas lá atrás, o concurso público, que no projeto aqui já contempla 198 Guardas, a cidade precisa, a cidade merece ter esse concurso público. Nós vamos batalhar agora para construção do quartel da Guarda Civil Municipal com estande de tiro para continuar aperfeiçoando o nosso treinamento. Então, esse ganho que a Guarda tem hoje, com esse projeto, indiferente do que foi falado aqui, da questão da parte da educação. Eu, por exemplo, fui procurado somente por alguns servidores da educação, da parte da supervisão, demais servidores não me procuraram, por esse motivo a gente votou esse projeto, eu o aprovei aqui hoje, como servidor. Mas a Guarda, não, a Guarda, a gente teve toda essa construção. Eu quero aqui parabenizar e uma salva de palmas para vocês,





Guardas Civis Municipais que vão sair daqui, hoje, com a aprovação desses dois projetos, uma categoria muito melhor”. Senhor Presidente: “só salientar e falar com os vereadores, vamos falar primeiro e, depois, a gente vai permitir a fala da Denisiane à frente da Guarda Municipal. Vamos esperar os vereadores falarem e você vem e conclui a fala. Está bom? Obrigado”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Eu quero iniciar a minha fala, primeiro, parabenizando o vereador Silvânio, principalmente na questão que foi quando entrou a discussão do projeto da Guarda, que ele realmente se colocou que pediria vista para que caminhasse, momento importante, oportuno, que realmente naquele momento eu me posicionei aqui na questão de como realmente eu acredito. E mais, além das emendas que eu fiz para a educação, eu fiz diversas também para a Guarda. E eu não me omito naquilo que eu faço, atendi pessoas que estavam ali naquele momento se sentindo acuadas por não serem ouvidas e eu tenho que trazer isso a público porque eu aplaudo todos vocês que estão aqui porque são servidores que nos procuram, que nos respeitam, que nos protegem e que aqui o mandato de cada vereador está para fazer o melhor por todos, como a gente vem buscando fazer pela Educação. E eu estive com a Presidente da Associação, a Denisiane, ela foi ouvida. E ontem eu também consegui uma reunião com o secretário Francisco, acompanhada do meu assessor Henrique, com o jurídico, às 17h30, porque o que estava circulando na rede não contemplava todos os Guardas. E eu preciso trazer isso a público porque o meu mandato é colaborativo, é de todos e eu fico extremamente grata de ter colaborado na construção e de ter visto que, com diálogo, com articulação, nós conseguimos ampliar. Porque eu



falo que quando eu pego as minhas emendas e vejo o vale alimentação contemplado, o vale fardamento contemplado, que até ontem à tarde não estava, porque eu cheguei para dialogar com Francisco e ainda não estava, ele colocou, o cargo de corregedor não ser de livre nomeação do prefeito, a hierarquia da Guarda que não estava no formato que está hoje contemplada aqui, onde os Classes Especiais realmente são reconhecidos. E aí, é importante falar que o homem sem história não tem trajetória. Então, para que a gente possa construir a partir daqui, a gente tem que realmente valorizar quem passou, por isso que eu tenho defendido a educação, por isso que eu tenho falado da carreira da educação. E a questão do inspetor e subinspetor, com avaliação de conhecimento, é de suma importância e também estava nas nossas emendas. Agora, o que ainda me deixa chateada é não ter entrado a questão da grande folga porque, na verdade, com o projeto cai por terra a lei número 9, está no inciso 2 do artigo 275 da Lei 2362, porque as pessoas que têm uma vida estressante, uma profissão de dedicação estressante, precisam de um descanso psíquico de um descanso maior para que ele possa realmente se restabelecer e cumprir a sua carreira no formato que deixaria. E mais, essa lei revoga para todos os servidores, não só para os servidores da Guarda, mas para todos os demais. Então, eu sou muito grata pelo prazo da discussão, sou muito grata pelo governo abrir espaço para que eu possa dialogar, para que eu possa mostrar que articulação pode ser feita não para o bem do vereador, não para o bem dessa Casa Legislativa, mas, sim, para a gente alcançar aquilo que cada servidor, dentro da sua necessidade, gostaria de ter. E, logo após, eu sair da reunião, o Francisco ali se comprometeu a fazer uma nova reunião e fazer de acordo,



respeitando o comando, eu cito aqui o Comandante André, o Subcomandante Odirlei que estiveram lá, juntamente com o vereador Danúbio, que realmente transitou, avaliaram e viram que muitas das emendas que eu apresentei nessa Casa eram válidas e poderiam ser a cereja do bolo. Por isso, que hoje acredito que tantos estão aqui, porque estão todos se sentindo contemplados por essa Casa. Eu gostaria que no mesmo formato que a gente está fazendo para a Guarda, a gente estivesse fazendo para a Educação, mas, em momento oportuno, faremos, tenho certeza disso. Então, que a gente possa entender que o mandato não é de Viviane e que a gente possa continuar, entre nós, tendo um diálogo. E quero parabenizar o vereador Danúbio por todas as contribuições que ele trouxe conjuntamente. E quero deixar claro a ele que quando a gente une forças ao invés de construir separado, se a gente une forças, a gente pode muito mais, porque juntos a gente avança muito mais. Muito obrigada, Presidente”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “você me dá um aparte, vereadora?”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “sim”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “vereadora Viviane, também gostaria muito de parabenizar a senhora, é de suma importância o mandato que a senhora representa aqui para a nossa cidade. Essa construção, de fato, muitas emendas que a senhora apresentou estavam em concordância com algumas discussões que nós já estávamos fazendo, a sua importância no processo também foi grande. E quero parabenizar a senhora por ter colocado tudo isso, eu acho que a senhora falou tudo que a gente precisava ouvir aqui. A gente está numa Casa Legislativa hoje muito harmoniosa e todos nós estamos fazendo melhor para a cidade. Como Guarda Civil Municipal, eu não poderia nunca deixar de participar com essa contribuição, assim



como a senhora também fez na parte da Educação. E a gente sabe que esse ganho para Guarda é um ganho muito grande, foram vários e vários anos de luta. Nós já passamos por muitas coisas, vereadora, que só quem é Guarda sabe, e são histórias que não vale nem a pena a gente contar, nós temos que lembrar sempre das coisas boas, como essa que está acontecendo aqui hoje. Eu fico muito orgulhoso de poder ocupar hoje o cargo de vereador, de poder fazer parte desse processo, fazendo parte dessa história, de olhar para todos os Guardas, principalmente os Guardas Municipais IV, dos quais eu faço parte. Eu nunca tive nenhum tipo de promoção dentro da Guarda Civil Municipal, inspetor, subinspetor, nunca tive nenhum tipo de promoção como essa. E é a maioria, nós estamos falando de mais de 50 Guardas Civis Municipais que, assim como eu, serão contemplados e terão um ganho real no seu contracheque a partir do dia primeiro de janeiro. Então, a sua contribuição também foi muito válida, a gente acredita muito nisso e quem sai ganhando com tudo isso é a Guarda Civil Municipal que vai prestar um serviço com muito mais qualidade. A Guarda Civil Municipal, em todos os momentos de crise, nunca deixou de trabalhar, a gente pode lembrar disso em 2017, em todos os momentos, por mais difíceis que foram, a Guarda Civil Municipal estava ali fazendo seu trabalho. E não seria diferente hoje, hoje é um momento de alegria, hoje é um momento de ficar na nossa história, um momento de conquistas. Eu fico muito feliz de poder fazer parte, de fato. Obrigado, vereadora”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “Presidente, só para finalizar a minha fala, eu retiro as minhas emendas, solicito a retirada das minhas emendas porque eu me sinto contemplada em boa parte”. Senhor Presidente: “perfeito. Parabéns,



vereadora”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “só recapitulando, nós recebemos dois projetos de plano de cargos e salários, um que trata sobre os profissionais de segurança e outro que trata sobre os profissionais da educação, ambos chegaram aqui de forma a não contemplar as duas categorias. Eu recebi também Guardas Municipais no meu gabinete e realmente o substitutivo do Executivo contempla grande parte do que foi pedido a mim no meu gabinete pelos Guardas. Somente, como Viviane disse, a questão da grande folga para aqueles que têm jornada de 12 por 36, que realmente não foi contemplada, talvez ver uma forma de fazer isso, de uma emenda verbal, porque só uma coisa que não foi contemplada, eu acho que ela não poderia ficar para trás. Quem sabe, é uma sugestão, não sei se poderíamos fazer isso. Mas a outra coisa que eu não poderia deixar de mencionar é como eu gostaria que o mesmo tivesse sido feito com o plano de cargos e salários da educação, que os professores e todos os outros servidores da educação tivessem tido o mesmo tratamento que os Guardas tiveram nesse processo de escuta, nesse processo de ouvir o que ficou para trás, de ouvir o que não foi contemplado. Porque a gente tem que lembrar que para a pessoa se tornar um Guarda teve um professor, o Guarda teve que passar para uma sala de aula. Então, a gente precisa valorizar a base, precisamos valorizar os professores e isso não aconteceu. Aconteceu com a Guarda, mas não aconteceu com os profissionais da educação. Dito isso, eu quero manifestar o meu voto favorável ao projeto do Executivo”. Senhor Presidente: “perfeito, vereadora. Nesse momento, eu vou pedir licença aos vereadores, vou convidar a Presidente da Associação da Guarda, a Denisiane, para fazer uso da Tribuna. Eu queria parabenizar os vereadores. Eu recebi



também a Denisiane juntamente com o vereador Danúbio. E agradecer aos vereadores por me reportar e confiar de a gente acompanhar a Associação até lá juntamente com Geovani também e poder colocar na pauta e na mesa as reivindicações. Então, eu queria parabenizar cada um, Viviane, Silvânio, Boi, Claudinho, Juliana, Doroteu, Anisinho, Zelino e, em especial, o vereador Danúbio que, nesses últimos dias, esteve à frente. E o dia que eu fui na reunião representando os vereadores, ele falou que não ia enquanto vereador, ele estava indo enquanto Guarda. Então, eu queria deixar isso claro, porque foi muito importante a participação. E parabenizar você, Denisiane, garra firme, vocês estão bem representados, gente, ela foi firme na conquista juntamente com os companheiros que a acompanharam naquela reunião. Pode ficar à vontade”. Presidente da Associação da Guarda Civil Municipal, Denisiane C. Alves Ferreira: “boa noite a todos os senhores. Primeiramente, agradecer mesmo pela confiança, porque quando eu fui chamada pelos GCM’s IV para poder representar uma associação de 19 anos e, em 19 anos, havia à frente homens na frente de uma associação. Então, para mim, foi um privilégio muito grande. Só Deus sabe o duro que dei, foi o que eu comentei hoje, de manhã, no grupo de WhatsApp, só Deus sabe as peijas, só Deus sabe como foi grande e árdua a nossa batalha, mas saímos daqui hoje vitoriosos, porque na certeza avançamos muito no processo quanto na questão organizacional. Algumas coisas, sim, ficaram pendentes, algumas a gente foi atendido, contemplado enquanto organização, algumas pendências ficaram com relação ao financeiro, que vão ser discutidas, acredito que as portas estão abertas para novas discussões, nós avançamos muito nessa noite. Então, deixar aqui o meu enorme



agradecimento a todos os vereadores, porque foi árdua a batalha de passar de gabinete em gabinete para representar os senhores. Então, eu agradeço também ao secretário de administração, senhor Francisco Cansado, que ele foi sensível às nossas demandas levantadas, foram muitas as demandas, foram muitos os pleitos. Durante anos na Guarda, a associação vinha adormecida, era uma associação que estava mais voltada para fazer festas, mas hoje, nessa semana, a gente viu a força de uma associação, a necessidade do Guarda, quando associação, de estar representando os anseios de cada um dos senhores. Eu agradeço muito pela confiança de cada um dos senhores, eu agradeço pelas mensagens que chegavam, até mesmo de madrugada, dos senhores pontuando os desejos, os anseios da tropa, a necessidade que os senhores viram de ser ouvidos. Deixo também o meu agradecimento ao comando e subcomando que abriram as portas da associação para a gente poder levar essas demandas junto à administração. À Viviane, à Juliana, ao senhor Doroteu, ao Anisinho e todos os outros senhores, ao Danúbio. Então, eu quero deixar aqui o meu agradecimento. Eu acho que enquanto instituição e enquanto associação, a gente cresceu muito nesta noite. Então, meu muito obrigada”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “me permite uma fala, Presidente? Por quatro anos, eu fui presidente dessa associação e, hoje, a gente ter a Denisiane, a primeira mulher presidente, de fato, nos orgulha muito. Uma associação, como ela falou, fundada lá atrás, aqui a gente tem vários ex-presidentes, o Giovani, o Lourenço. É uma das associações mais antigas da cidade e, por muitos anos, a associação sequer teve porta aberta para conversar com o prefeito. Eu, quando presidente por quatro anos, nunca fui recebido no gabinete do prefeito. E a gente



consegui fazer essa interlocução e poder levar a associação para colocar na mesa para o diálogo, é de muita representatividade de fato. A gente quer ver a associação crescendo, continuem contando conosco para isso acontecer. Nós vamos receber, em breve, mais de cem Guardas, quanto mais Guardas associados, mais fortes nós seremos. Uma instituição que eu tenho muito orgulho de fazer parte. Realmente, Denisiane, a gente não conseguiu, de repente, agradar cem por cento, nem Jesus Cristo conseguiu, mas eu acho que mais de noventa por cento da corporação sai daqui hoje vitoriosa e a sua participação muito enobrece também. Essas mudanças que foram feitas, sua, do Giovani, do C de Oliveira, do Oliveira, que participaram maciçamente das reuniões iniciais. Ontem, nós saímos da prefeitura já era quase 22h30, com a participação de vários Guardas Civis Municipais que estão aqui presentes hoje, que estavam no turno, que foram convidados para sentar na mesa para que a gente pudesse passar essas boas notícias que nós estamos vendo aqui hoje. Então, parabéns pela sua condução, continue contando com o nosso mandato também”. Senhor Presidente: “parabéns a todos os Guardas, ao vereador Danúbio, Viviane, todos que de certa forma contribuíram e a nossa participação, enquanto Casa. Igual eu te falei quando a gente sentou, não tem nenhuma contribuição de verdade nossa, a contribuição é suas, então o que a gente fez foi o nosso papel de ouvinte, encaminhar a demanda, boa parte foi atendida. A questão da grande folga, como eu estava na mesa, a gente pode cobrar, vai ser via decreto, foi um compromisso que foi feito na nossa frente, não é Danúbio? Na pessoa da Denisiane, representando vocês, Guardas, então tem um compromisso que é nosso também, da grande folga, que ela vai permanecer da forma que





existe hoje, mas vai ser regulamentada, via decreto. Ok?”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “inclusive, Presidente, só para constar, hoje já foi feita uma Portaria da Secretaria de Segurança, vários artigos das duas leis falam que serão regularizadas mediante decreto. Então, hoje, já foi feita essa Portaria, já está publicada, inclusive com a participação de vários Guardas Civis Municipais de todas as classes, e esse trabalho já deve ser iniciado este ano, para que ano que vem, a gente já possa estar com todas essas Portarias regularizadas, eu acho que a Câmara Municipal também pode participar. Isso vai ser mais um crescimento para a nossa instituição”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “eu quero parabenizar a Denisiane, em nome de toda corporação, o Giovani que participa ativamente. E também quero agradecer, em público, o Diegues, o Lourenço e o Martins, que colaboraram muito de perto com as minhas emendas, então eu sou grata demais de ter participado, principalmente de ter colaborado. E saibam que essa Casa está aberta a todos os servidores. E eu fico mais feliz ainda de ver uma mulher liderando uma empreitada dessa e que você seja exemplo, porque eu falei com as minhas colegas professoras: se aqui tivesse mais gente batendo de gabinete em gabinete, aproveitando a oportunidade do diálogo, talvez a gente teria também saído muito mais forte aqui. E eu falo que nisso, eu parabenizo corporações que são unidas, e a educação precisa entender isso, a educação precisa entender que a gente precisa estar mais unidas, mais presentes. E cada gabinete, gente, está de portas abertas, eu posso falar pelo meu e de cada colega aqui. Muitas vezes bate na porta de um vereador e não bate na porta do outro, e a construção aqui é coletiva, nós temos aqui um colegiado, qualquer lei para passar



aqui, tem que ter a maioria da votação. Não adianta bater na porta só de um, não, o diálogo tem que ser amplo, com todos, as nossas bandeiras são a população, o que a população necessita. Eu e Zelino, outro dia, estávamos conversando sobre isso, mas porque não veio? Na verdade, chega aqui às vezes na plenária, trata a gente até com um certo destrato, mas não foi até o gabinete, não dialogou. Lembrem que por mais que a gente estude, a gente não sabe tudo, a gente não tem como entender maciçamente cada pauta e cada situação. E quando a gente vai até o gabinete, dialoga, a gente já chega aqui muito mais. E hoje eu tenho que parabenizar, porque a Denisiane bateu em cada porta, indiferente de ser A, B, C ou D, ela entrou em cada gabinete, ela dialogou com todo mundo. Então, parabéns mais uma vez. E que ela seja exemplo de ação e de solução”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou pedir, a exemplo dos outros projetos, que se faça as duas votações ainda nessa reunião de hoje”. Senhor Presidente: “perfeito. Eu vou votar a emenda e a gente...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou esperar votar os três projetos e aí, eu quero fazer uma fala”. Senhor Presidente: “está bom, perfeito então. Vereadora Viviane, eu tenho que ser justo, a Denisiane não bateu na minha porta, eu recebi a ligação do meu pai, que é o Flávio de Almeida, todo mundo sabe que ama essa corporação, ele falou assim: ‘é para você atender a Denisiane, tal dia, tal o horário’. Então, a ordem maior, não precisa bater, a porta estava arreganhada quando eu cheguei. Vamos votar as emendas. Os vereadores que concordam com a emenda apresentada permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Vamos votar o projeto. Antes da votação, o Silvano pediu dispensa, então consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios



e que se faça a votação nos dois turnos, ainda nessa noite. Em discussão, em votação, os vereadores concordam permaneça como estão. Aprovado, nove votos. Em primeira votação, com a emenda apresentada, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.362/2023 à sanção”. 3) Senhor Presidente: “Projeto de Lei Complementar nº 2.363/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da Guarda Civil Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. Solicito ao Senhor Secretário a leitura da emenda apresentada ao projeto. Da mesma forma, se eu não me engano, esse tem só uma emenda modificativa, então a gente vai ler”. O Senhor Secretário proferiu leitura da Mensagem nº 69, de 12 de dezembro de 2023, autoria do Poder Executivo, que submete à apreciação da Casa a presente mensagem modificativa da proposição constante do Projeto de Lei Complementar nº 2.363/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da área da Educação do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em discussão, vereador Danúbio de Souza Machado: “Presidente, pela ordem. É só uma correção que eu gostaria de constar em Ata, o artigo oitavo fala: ‘Fica resguardado aos atuais servidores ocupantes dos cargos públicos em comissão da Guarda Civil Municipal o direito ao recebimento da gratificação prevista nos arts. 142 e 145’. Na verdade, tem que ser, é um erro de digitação, 142 a 145, visto que na lei aprovada anteriormente, 2.362,



no artigo 275, inciso VI, já está feito da maneira correta, já está a palavra “a” em vez da palavra “e”. Então, é só um erro de digitação, para que a gente não possa, assim, prejudicar os Classes Especiais”. Senhor Presidente: “então, vamos constar em Ata para a redação final sair”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “obrigado, Presidente”. Senhor Presidente: “os vereadores que concordam com a emenda apresentada permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Votação do projeto. Projeto de Lei Complementar nº 2.363/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da Guarda Civil Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira votação, com a emenda apresentada, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pedir a segunda votação desse projeto também”. Senhor Presidente: “perfeito. Consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a segunda votação, ainda nesta noite. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.363/2023 à sanção”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “parabéns, turma. Parabéns a todos os Guardas. Deus é fiel o tempo todo”.

4) Senhor Presidente: “Projeto de Lei nº 2.364/2023, autoria do Poder Executivo, que “Concede revisão salarial aos servidores públicos”. Solicito ao Senhor Secretário a leitura de emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 2.364/2023”. Senhor Secretário: “Emenda



aditiva ao Projeto de Lei nº 2.364/2023, de 28 de novembro de 2023, que concede revisão salarial aos servidores públicos. Insere redação no parágrafo primeiro do art. 1º. Art. 1º. Fica inserido parágrafo 1º ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 2.364/2023, com a seguinte redação: Parágrafo primeiro. O índice de que trata o caput deste artigo se aplica a todas as categorias de servidores municipais, incluindo os servidores da Educação e da Guarda Municipal, cujos Planos de Cargos e Salários se encontram em tramitação nesta Casa Legislativa. Vereador Thiago Felipe de Almeida”. Senhor Presidente: “só justificar a emenda antes de votar, para que contemple todos os servidores. E se os vereadores também quiserem assinar em conjunto, é só para deixar claro. Pode ser, vereador? Então, em nome da Casa. Pode ser? É só para deixar claro, para contemplar todos os servidores municipais com esse reajuste. Em votação a emenda apresentada, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, mais uma vez, o senhor vai entrar com esse projeto em votação, eu vou pedir dispensa de interstícios e que se faça a votação dele nos dois turnos ainda nessa sessão plenária”. Senhor Presidente: “perfeito. Consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça também a segunda votação, ainda nesta noite. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em primeira votação, com a emenda apresentada, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei



nº 2.364/2023 à sanção”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, nós votamos aqui hoje quatro projetos que dizem respeito ao servidor da nossa cidade. Eu quero, nesse momento, cumprimentar a todos os vereadores, sem exceção, nomeiei aqui: Danúbio, Viviane, Juliana, Anisinho, Doroteu, Boi, Claudinho, Zelino e o senhor, Presidente, pela ação que foi construída para a votação desses projetos. E, enquanto governo, Senhor Presidente, eu gostaria de lembrar a todos que nesses três anos de governo, essa administração já concedeu reajuste salarial para os servidores públicos na ordem de 20%, correção histórica nos valores dos tickets, que chega próximo ou mais do que 100%, isso incluindo classes que não estavam aqui, isso representa um ganho, respeito à hora-atividade dos professores, que não acontecia num passado recente, melhoria na qualidade e infraestrutura dos prédios e dos equipamentos públicos. Isso tudo, Senhor Presidente, é lógico que eu estou citando aqui poucos exemplos, mas isso tudo, Senhor Presidente, faz parte dessa construção da Casa. Eu acho que com respeito e eu aprendi aqui hoje, nesse momento agora, uma questão até de humildade, com a fala da Viviane, com a fala do Danúbio, humildade para mim que na semana passada me exaltei, acho que excedi aqui a minha fala, mas na tentativa de fazer com que as pessoas entendessem que política pública é feita na construção. E nessa construção cabem as discussões da Juliana, sem problema nenhum, porque ela traz para cá ideias que são importantes e que muitas vezes nos ajudam a construir uma política pública melhor, cabe a ideia de todos os vereadores. Não foram contemplados ainda todos e eu espero que, num futuro próximo, isso possa acontecer, mas é uma sinalização, é simbólico o que o governo



tem feito no sentido de valorizar e respeitar o servidor público da cidade de Nova Lima. Eu penso que nós estamos crescendo, diferente de um passado que, às vezes, isso não acontecia, talvez porque naquele momento não podia acontecer. Então, política pública, mais uma vez repetindo aqui, eu acredito que seja essa construção na direção de um bem comum. No entendimento, Viviane, da Casa, de muitas vezes a gente entender assim: ‘puxa vida, errei ali naquele momento’. E eu acho que esse seu gesto de, de repente, conversar, você me ligou durante a semana: ‘vamos falar sobre a educação’. Eu achei muito bacana da sua parte, achei muito prudente. E diferente de, às vezes, algumas pessoas pensam que quem ganha com isso é o servidor público, de forma alguma, quem ganha com isso é a população de Nova Lima que vai ter um servidor mais valorizado, com uma perspectiva de crescimento e que vai atender a nossa população de forma muito melhor. Então, essa é a minha fala. Agradecer aqui o empenho do governo, do Francisco, de todos os vereadores que lutaram para que esses projetos pudessem ter sido votados e aprovados nessa noite de hoje. A gente ainda tem mais projetos da Habitação”. Senhor Presidente: “perfeito, vereador. E por falar em projeto da Habitação, se os vereadores permitem, eu acho que também em respeito às pessoas que estão aguardando, vamos passá-los na frente. A gente vai ter que dar uma paradinha daqui a pouco. Pode ser então, vereadores, correto? Então, a gente vai para o projeto de lei, esse projeto está fora da pauta, mas é um projeto habitacional, é o Projeto de Lei nº 2.336/2023, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Programa Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social, institui isenção de tributos para operações vinculadas ao Programa



Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social e dá outras providências”. Solicito ao Senhor secretário a leitura das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.336/2023. Tem um número grande de emendas também, que foi feito pela vereadora Juliana. Parece que você já conversou com o pessoal, tem a necessidade de fazer a leitura de uma por uma, ou podemos... Perfeito, então? Isso. Tem uma emenda minha também. Então, vão ser, primeiro, as emendas da vereadora Juliana, depois, uma minha. Da Juliana, são quantas vereadora, a senhora lembra? Quatorze emendas”. Senhor Secretário: “vai ler todas?”. Senhor Presidente: “a vereadora falou que pode dispensar a leitura delas porque ela já conversou com o pessoal, já distribuiu as emendas, os vereadores já receberam, já tem um tempinho a mais, esse projeto já se encontra há um tempo na Casa, então eu acho que que vale a pena dispensar a leitura, gente”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “só para elucidar o motivo das minhas emendas que foram construídas inclusive junto com os movimentos de moradia, junto com a ex-secretária e arquiteta, Cláudia Pires. O projeto do Executivo é bom. Eu reconheço que é bom, gente, quando a coisa é boa, eu elogio, mas quando é ruim, eu falo também. É um projeto bom, é um projeto necessário, mas ele pode ser melhor. E aí, entram as emendas para contemplar as associações, para contemplar os projetos que já estão tramitando aí por entidades, enfim, para contemplar todo mundo, para facilitar também a construção de moradia porque tiveram alguns pontos ali que nós entendemos que dificultavam a construção de moradia no nosso município, os zoneamentos de ZEIS, que são as zonas especiais de interesse social, muitas vezes não são adequadas, no plano diretor atual, para a construção de moradia. Então, a gente tentou





expandir, possibilitando que construções, como é o caso da ASCAP, que não está no zoneamento de ZEIS, possam ser construídas no nosso município. Então, é uma forma de contribuir para essa discussão, em prol de moradia digna para todos e que seja construído o quanto antes. É uma necessidade da legislação federal, da construção desse projeto em âmbito municipal. Então, é parabenizar o governo federal, o ‘Minha Casa Minha Vida’ enfim voltou, o ‘Minha Casa Minha Vida Entidades’ também voltou, isso é uma vitória do Governo Lula, é uma vitória de quem fez o L, foi por isso que eu fiz L inclusive nas eleições, então a gente tem muito que comemorar nessa atual gestão federal, porque o ‘Minha Casa Minha Vida’ voltou, voltou com tudo e vai atender o nosso município. Parabéns ao governo federal”. Senhor Presidente: “perfeito, vereadora. Em votação as emendas apresentadas pela vereadora Juliana, os que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. A minha não tem necessidade de ler também não, mas eu vou colocá-la em votação. Em votação a emenda apresentada, do vereador Thiago Almeida, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em primeira votação, com as emendas. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, continuo pedindo segunda votação ainda nessa votação de hoje”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a segunda votação, ainda nesta noite. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam



permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.336/2023 à sanção”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Habitação é uma das pautas do meu mandato e eu fico extremamente feliz de ver essa pauta avançando. E, como eu sempre falo, o secretário Sales tem realmente buscado caminhos para atender. Todo mundo sabe, é público, eu tenho uma lei nessa Casa, chamada ‘Morando com Dignidade’, que é a distribuição de assistência técnica e material de construção. Então, quando eu vejo ampliando a questão de moradias, eu também vejo e acredito na ampliação e na melhoria dos espaços daqueles que já têm a sua moradia e não tiveram condição de finalizá-la. Então, que a gente possa juntos trabalharmos para que essas famílias que já têm o seu espaço, que já têm a sua casa e que precisam realmente dessa assessoria técnica e dessa doação de material, que estão dentro do CAD Único, que tem todo o seu perfil social para que seja atendido, que a gente possa ampliar isso também dentro do município de Nova Lima, porque a gente sabe que na questão de REURB já está avançando muito. Eu acredito que as pessoas precisam se conscientizar da seriedade que é você legalizar o seu espaço. A REURB está na cidade, nós precisamos atender os funcionários que estão passando nas nossas casas, levar os documentos que eles solicitam. Na verdade, eles têm passado nas casas com um material muito prático, um tablet, que ali eles já tiram foto de toda a documentação, já levam para o escritório, já fazem toda a triagem. E a pessoa que tem direito, a posse do seu terreno já passa a ter, a partir dali, o recebimento e a emissão do seu documento em seu nome, valorizando o seu imóvel. Então, eu preciso trazer isso aqui, que é uma das minhas bandeiras desde o início do



mandato. Eu tenho que parabenizar o governo de João Marcelo porque realmente a cidade tem avançado. Nós temos várias empresas no município fazendo esse serviço, mas quando bater à casa dos senhores e senhoras os receba, faça a documentação, porque está sendo uma grande dificuldade, por parte das empresas, conseguir entrar nas casas, captar a documentação. E no próximo sábado, se eu não me engano, já tem uma agenda de entrega de títulos em regiões que já foram feitas. Então, que a gente possa divulgar, vocês, através das associações de vocês, dos amigos, dos moradores, para que o município realmente legalize as suas áreas e que todos possam ser contemplados com tantos projetos que, hoje, Executivo e Legislativo deixam como legado para a população. Muito obrigada, Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, o Boi está lembrando aqui que o Sales está presente, só cumprimentar o secretário de habitação”. Senhor Presidente: “o Sales está com a gente aí. Vamos aproveitar e votar o outro também que é de interesse, que é o Projeto de Lei 2.368/2023. Solicito ao Senhor Secretário a leitura da emenda apresentada ao projeto. Tem uma emenda, é única, então vamos ler. Pode ler, por favor, é pequenininha”. Senhor Secretário: “emenda ao Projeto de Lei 2.368/2023. Art. 1º. Adiciona o artigo 3-a ao Projeto de Lei 2.368/2023, com a seguinte redação: Art. 3º. [...] Art. 3-a. Para a participação e atendimento da Política Habitacional nos programas de produção de unidades habitacionais, o Poder Executivo poderá doar ao FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) e ao FDS (Fundo de Desenvolvimento Social) glebas de sua propriedade. Nova Lima, 12 de dezembro de 2023. Juliana Sales, vereadora”. Senhor Presidente: “em discussão, os vereadores que concordam com a emenda permaneçam



como estão. Aprovado, nove votos. Projeto de Lei nº 2.368/2023, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a doar áreas de propriedade municipal para viabilizar a construção de moradias populares no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida”. Em primeira votação com a emenda, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pedir a segunda votação ainda nessa reunião plenária”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a segunda nesta noite. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.368/2023 à sanção”. Senhor Presidente: “vamos fazer uma pausa de dez minutos para o pessoal respirar, a gente volta depois com os demais projetos e a LOA, que vai ser longa. Tem lanche. Vamos paralisar, então, por dez minutos”. Decorridos os dez minutos, Senhor Presidente: “vamos retornar à pauta, vamos voltar à pauta normal, paramos no projeto de número 5. Só confirmar aqui, isso. Estamos na votação de projetos, vereadores”. 5) Projeto de Lei nº 2.304/2023, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Dispõe sobre a criação da Lei Obra Transparente que institui a Política de Transparência nas Obras Públicas Municipais no âmbito do Município de Nova Lima”. Senhor Presidente: “em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que discordam permaneçam como estão, os que concordam se manifestem”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, eu queria



entender qual foi esse movimento aí de... Porque no primeiro turno, os vereadores votaram favoráveis e agora...”. Senhor Presidente: “deixe-me só dar a votação e volto a palavra para a senhora”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “sim”. Senhor Presidente: “reprovado, oito votos e um favorável. Com a palavra a vereadora Juliana”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu queria entender, talvez o líder de governo possa nos esclarecer o porquê desse movimento tão brusco, onde no primeiro momento, no primeiro turno da votação, a gente teve o voto unânime aqui, favorável a esse projeto que garante mais transparência à gestão pública, através de uma ferramenta que é simples, que é o QR Code nas placas de obras de responsabilidade da administração pública. A gente sabe que quando tem transparência na gestão pública, isso auxilia no combate à corrupção, a gente sabe que quando a gente garante a transparência, a gente garante uma governabilidade horizontal, de forma com que a população possa acompanhar como o Poder Executivo vem gastando os recursos públicos, a gente fomenta inclusive uma cultura do acesso à informação, inclusive toda a informação pública é de propriedade do cidadão. Esse projeto que eu apresentei aqui, que agora, surpreendentemente, foi negado pelos vereadores, busca contribuir para um cenário de transparência, um cenário que dificulta a corrupção, que dificulta o desvio de dinheiro em obras públicas, que facilita o acesso do cidadão a essas informações, que facilita o acesso do cidadão ao acompanhamento das obras que são de responsabilidade da prefeitura. Porque hoje a gente não sabe, na grande parte das obras, quando vai ser finalizada, qual empresa está acompanhando a obra, qual empresa desistiu da obra e qual foi a outra que assumiu, qual foi o prazo, os aditivos,



enfim, era uma forma de compilar todas as informações em apenas uma pasta, um arquivo, através do QR Code. Então, é muito triste ver que tudo que envolve transparência é vetado por esse governo. Qual é a dificuldade de garantir transparência nas coisas? Porque tanto medo de algo que fomenta a transparência? Parece que tem algo a esconder por aí, porque se não quer garantir a transparência é porque querem esconder as informações da população. E se querem esconder as informações da população é porque tem carçoço nesse angu. Então, eu fico muito triste de ver essa mudada de chave tão repentina, de uma plenária para outra, onde todos votaram de forma unânime a favor do projeto e, agora, todos aqueles que votaram favoráveis votaram contra e acredito que a mando do governo. Então, eu fico muito triste de ver que a transparência perdeu hoje na reunião plenária de hoje, que o voto por algo que garante o acesso à informação ao cidadão foi rejeitado pelos vereadores, infelizmente. Então, eu fico muito triste com a rejeição a esse projeto apresentado por mim”. Senhor Presidente: “encaminho o projeto ao arquivo. Agora, vamos entrar nos projetos que são subvenções, a LOA, um por vez”.

6) Projeto de Lei nº 2.328/2023, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios financeiros, no exercício de 2024”.

Senhor Presidente: “tem o mesmo trâmite, vereadores, e tem as emendas. Acredito que todos receberam as emendas, mas se alguém quiser, tiver necessidade de ler as emendas, a gente pode, sim, fazê-lo. Solicito ao Senhor Secretário as emendas representadas aos projetos de lei. São três, então eu acho que carece a gente fazer, sim”. Senhor Secretário: “emenda inclusiva ao Projeto de Lei nº 2.328/2023. Art. 1º. Ficam incluídas no artigo 1º



da lei as seguintes entidades: Associação Nacional de Desenvolvimento Social e Educação – ASMEC – R\$ 370.000,00. Centro de Formação Online – CFO – R\$ 160.000,00. Associação dos Moradores do Bairro Bom Retiro - R\$ 90.000,00. Paço do Legislativo, Dr. Sebastião Fabiano Dias, em 16 de janeiro de 2023. Vereador José Doroteu”. “Emenda aditiva. Projeto de Lei nº 2.328, de 29 de setembro de 2023. “Autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios financeiros, no exercício de 2024”. Art. 1º. ... Associação Buritis de Esporte e Cultura - R\$ 300.000,00. Associação Nova-limense de Skate – ANLS – R\$ 150.000,00. Fundação de Atendimento Especializado – FAENOL – R\$ 295.000,00. Corporação Musical União Operária e Sagrado Coração de Jesus – R\$ 150.000,00. Nova Lima. 17 de novembro de 2023. Vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, essa emenda é impositiva, não é isso?”. Senhor Secretário: “não, é aditiva”. Senhor Presidente: “aditiva”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eu vou fazer a correção, essa emenda é impositiva”. Senhor Presidente: “é impositiva”. Senhor Secretário: “ela está aditiva”. Senhor Presidente: “então faz a correção verbal”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, tudo bem então. Eu devo ter feito a impositiva na LOA. Está certo”. Senhor Presidente: “porque essa vai entrar no quadro de subvenções”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é, está certo, é isso mesmo. Perdão, é porque eu me confundi aqui”. Senhor Presidente: “eu vou avisar quando forem as emendas impositivas”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu fiquei na dúvida porque a Associação Buritis, as emendas não tem que ser para entidades e registradas no município, com o endereço da sede no município?”. Senhor Presidente:



“a subvenção?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “não, essa emenda. Estou meio perdida. É daqui? Quando eu fui pesquisar a Associação Buritis, com o mesmo nome, estava em Belo Horizonte, então eu fiquei com essa dúvida. Com o mesmo nome? É essa, então?”. Senhor Presidente: “se o senhor quiser fazer a correção verbal e mandar para a impositiva, pode fazer. Mas veio do gabinete do senhor, não foi? Não? Vamos ter que pausar por mais cinco minutos. Não precisa de a gente ir na antessala, só para a gente organizar a emenda dos vereadores”. Decorridos os cinco minutos, Senhor Presidente: “faz essa votação das emendas separadas ou em bloco? Em bloco? Pode dar sequência, pode ler essa. Então, já leu as duas, estão no local correto”. Senhor Secretário: “emenda inclusiva ao Projeto de Lei nº 2.328/2023, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios financeiros, no exercício de 2024”. Art. 1º. Ficam incluídas no artigo 1º da lei as seguintes entidades: Inclusão da Associação de Comerciantes e Empresários de Nova Lima, valor de um milhão e duzentos mil reais. Inclusão da Associação Casa Rosal, valor de trezentos mil reais. Inclusão do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima, valor de trezentos mil reais. Inclusão da Associação dos Guardas Municipais de Nova Lima, no valor de trezentos e cinquenta mil reais. Inclusão da Creche Comunitária São Judas Tadeu, no valor de oitocentos mil reais. Liga Municipal de Desportos de Nova Lima, acréscimo de trezentos mil reais. Fundação de Atendimento Especializado (FAENOL), acréscimo de cinquenta mil reais. Nova Lima, 16 de outubro de 2023. Vereador Thiago Almeida”. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Se o senhor me permitisse, eu gostaria de assinar com o senhor





essa emenda”. Senhor Presidente: “perfeito, assinamos juntos ano passado”. Vereador Anísio Clemente Filho: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “Anisinho”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu também gostaria”. Senhor Presidente: “Juliana, Claudinho. Acho que a gente pode até fazer em nome na Casa. São instituições que a gente contemplou também ano passado, mas por causa da correria esse ano, eu não encaminhei, mas eu acho que podemos fazer em nome da Casa todas essas emendas”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, ainda com relação à confusão da minha emenda, eu vou retirar essa associação, realmente ela é de Belo Horizonte, a vereadora Juliana está certa, eu vou retirar e depois, qualquer coisa, eu vejo o que eu arrumo, eu vou perder”. Senhor Presidente: “perfeito, então tá, retirada a emenda do vereador Silvânio. A emenda permanece, vereador?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ele está me explicando aqui que essa associação já participou de chamamento público na SEMEL, tem lá registrado”. Senhor Presidente: “mantém?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vou manter”. Senhor Presidente: “perfeito, vereador. Então, vamos à votação das emendas. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Agora, votação do Projeto de Lei nº 2.328/2023, que “Autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios financeiros, no exercício de 2024”. Em primeira votação, com as emendas, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu me desorganizei demais, Senhor Presidente, perdão. Eu vou pedir a segunda votação, ainda nessa reunião plenária de hoje”. Senhor Presidente:



“perfeito. Consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstício e que se faça a segunda votação nessa noite. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.328/2023 à sanção”. 7) Projeto de Lei nº 2.329/2023, autoria do Poder Executivo, que “Estima a receita e fixa a despesa do município de Nova Lima para o exercício de 2024”. Senhor Presidente: “a LOA. Solicito ao Senhor Secretário a leitura das emendas apresentadas ao projeto de lei. Antes, Senhor Secretário, eu vou consultar os vereadores se a gente pode dividir essas emendas, as emendas impositivas e as demais emendas, pode ser assim? Que a gente vota em bloco as emendas impositivas de todos os vereadores e, depois, as demais emendas à LOA. Também em bloco ou vocês querem separado em bloco por vereador? Em bloco por vereador? Pode, perfeito. Então tá, primeiro, vamos votar as emendas impositivas. Vocês querem que leia ou pode só citar as emendas impositivas dos vereadores? Todos apresentaram as emendas e encaminharam, só com exceção, mas eu vou fazer na minha uma correção porque o vereador Boi vai destinar a emenda dele juntamente com a minha também. Pode ser? Então, vamos votar em bloco. Todo mundo sabe, já foi disponibilizado. Em votação, as emendas impositivas apresentadas, os vereadores que concordam com as emendas permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Agora, a gente vai dar sequência às outras emendas. Em bloco, pode ser, vereador Claudinho. Querem que leia ou pode... Não? Pode tocar, dar sequência? O vereador Danúbio está aí,



eu acho que ele tem emenda também. Pronto, podemos seguir? Vamos votar de vereador por vereador. Qual vereador, Claudinho? Vereador por vereador. Não as emendas impositivas, as demais emendas feitas à LOA. Senhor Secretário: “Thiago”. Senhor Presidente: “as minhas não tem necessidade de ler, não. Tem algumas que os vereadores Anisinho, Claudinho e Zelino assinaram comigo, mas não tem necessidade de ler, não, pode ser? Então tá. Em votação, as emendas apresentadas pelo vereador Thiago, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Próximo, vereador Zelino?”. Senhor Secretário: “de Juliana”. Senhor Presidente: “vereadora Juliana. Necessidade de ler, vereadora? Não? Em votação, as emendas apresentadas pela vereadora Juliana, os vereadores que concordam com as emendas permaneçam como estão. Nem pus em discussão. Aprovado, nove votos. Próximo, vereador”. Senhor Secretário: “a minha, Cláudio”. Senhor Presidente: “em votação, as emendas apresentadas pelo vereador Claudinho, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Próximo”. Senhor Secretário: “Joselino”. Senhor Presidente: “em votação, as emendas apresentadas pelo vereador Zelino, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Próximo. Finalizou? Então, as emendas à LOA finalizaram, gente. Votação do Projeto de Lei nº 2.329/2023, autoria do Poder Executivo, que “Estima a receita e fixa a despesa do município de Nova Lima para o exercício de 2024”. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Silvânio Aguiar



Silva: “Senhor Presidente, quero solicitar que se faça a segunda votação desse projeto, ainda nessa reunião plenária de hoje”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a segunda votação ainda nesta noite. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei à sanção”. 8) Projeto de Lei nº 2.330/2023, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a revisão do Plano Plurianual – Quadriênio 2022-2025”. Senhor Presidente: “em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, solicito dispensa de interstício e que se faça a votação desse projeto, em segundo turno, ainda na reunião plenária dessa noite”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstício e que se faça a segunda votação nesta noite. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei à sanção. Vamos colocar em votação, agora, os Vetos. Agora vão ser os Vetos, vereadores. Eu vou citar os números, como eles estão em bloco também, são cinco Vetos, eu vou citar, um a um, para depois a gente votar. E se algum vereador quiser discutir dentro de qualquer um, pode, sim. Veto Integral ao Projeto de Lei nº 2.217/2023, 2.227/2023, 2.242/2023, 2.270/2023, 2.279/2023. Em



primeira e única votação, em discussão”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “para discutir, Presidente. Destes, dois projetos são de minha autoria, um que trata sobre o cuidado com o nosso Rio das Velhas, outro que trata sobre a clínica-escola, na época fizemos uma grande mobilização, em contrapartida, o Executivo apresentou um projeto que também tratava sobre a política pública para a inclusão dos autistas na educação. Só queria registrar que a prefeitura não apresentou, não garantiu recurso na lei orçamentária anual para políticas públicas para a população autista. E, graças à minha emenda que foi aprovada pelos vereadores, a gente fez essa correção, porque é preciso não somente aprovar lei, mas garantir orçamento para que isso aconteça. Então, com as minhas emendas, a gente tirou esses 110% de aumento no gabinete do prefeito e destinamos tudo para a política pública para a população autista. Eu espero que assim o prefeito reflita e mantenha esse recurso que seria para o gabinete dele e transfira para a população autista, para a política pública acontecer de fato em Nova Lima. E com relação ao Rio das Velhas, lamentando o veto, era uma forma que a gente encontrou de contribuir para a construção de políticas públicas de desassoreamento do rio, audiências públicas, discussão, enfim. Sei que vai ser voto perdido, mas eu acho que se faz necessário eu deixar esse posicionamento e essas informações acerca desses dois temas. E também manifesto o meu voto pela derrubada de todos os vetos, mantendo a coerência que eu sempre mantive em plenária, se eu votei favorável ao projeto, obviamente eu vou votar para que o veto do prefeito seja derrubado porque eu continuo aprovando esses projetos”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “em discussão. Em relação ao Projeto 2.270, realmente, eu tive reunião



principalmente com o Conselho de Saúde, e quero trazer isso a público porque o Conselho vem contribuindo muito com o nosso mandato, e eles realmente querem ampliar não só no formato que eu coloquei, mas trazendo mais sugestões. Então, como eu disse, esse diálogo faz com que a gente realmente amplie. Então, como estavam ausentes alguns setores que necessitam de transparência dentro da saúde, a gente vai reconstruir e reapresentar esse projeto no próximo ano, de forma mais robusta, com a contribuição dos servidores da saúde e do Conselho Municipal de Saúde”. Vereador José Doroteu Martiniano: “Presidente, o 2.227, de minha autoria, a justificativa que foi dada pelo veto é bem clara, porque na verdade a gente está querendo estimular alguma coisa, mas no estimular, o projeto em si acaba violando o sigilo da proteção da mulher. Então, a gente vai dar uma readequada nele para que, ano que vem, a gente volta para garantir esses direitos para ela. Muito obrigado”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “vai ser votado em bloco? Porque aí é pela derrubada do Veto”. Senhor Presidente: “mas você pode destacar, se você tiver algum contrário ou favorável, pode destacar”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “que é a questão da lei número 2.279/2023, esse eu mantenho o veto do Poder Executivo no projeto que é de autoria do Poder Executivo”. Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam com os Vetos permaneçam como estão, os que discordam se manifestem. Então, foi mentido o Veto no projeto 2.217, 2.227, 2.242, 2.270, com oito votos favoráveis para manter o veto, um contrário. E no Projeto 2.279/2023, são nove votos favoráveis para manter o veto. Ok, vereadores? Correto? Encaminho o Projeto de Lei nº 2.217, 2.227, 2.242, 2.270 2.279 ao Arquivo. Vamos dar



sequência, são agora mais dois projetos em que foram pedida dispensa de interstícios para serem votados nessa reunião. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.367/2023, autoria do vereador Thiago de Almeida, que “Fixa normas de caráter local, nos termos do inciso VI, art. 23 da Constituição Federal e do artigo 30, inciso XXXII da Lei Orgânica do Município, sobre a participação social nos processos autorizativos de empreendimentos minerários com alto impacto ambiental e dá outras providências”. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.367/2023 à sanção. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 435/2023, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Empresa Cidadã à Empresa Irene Noivas no município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira e única votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Decreto Legislativo nº 435/2023 à promulgação. Nós temos alguns requerimentos, tem alguém que quer retirar ou vamos dar sequência?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “se tiver meu, pode retirar”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “eu retiro os meus, mas eu gostaria de fazer uma moção de pesar que passou aos nossos olhos, da Dona Any Garzon Gomes, mãe do ex-presidente, ex-vereador, Luciano Gomes, Luck, que faleceu nos primeiros dias do mês de dezembro e, infelizmente, realmente, eu não fiquei sabendo no período, eu



gostaria muito de uma moção de pesar para a família, em nome da irmã e filha, Clausy Gomes. Realmente, é com muito pesar que a gente vem a público trazer essa nota para quem ainda não sabe”. Senhor Presidente: “a senhora me permite assinar com você?”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “sim. Seria ideal se a Casa pudesse assinar em função de ele já ter sido vereador, presidente da Casa, por favor”. Senhor Presidente: “concordo, se todos concordarem. Perfeito? Então, vai nome da Casa”. Requerimento aprovado por nove votos. Senhor Presidente: “verbal, Claudinho tem um, Silvânio tem um”. Vereador Cláudio José de Deus: “fazer uma moção de pesar, Thiago”. Senhor Presidente: “então, antes, vamos seguir o trâmite normal e fazer o da vereadora Juliana. Ela tem um escrito que ela quer permanecer e manter. Por favor, Senhor Secretário”. O Senhor Secretário proferiu leitura do requerimento de autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que requer à Câmara, com amparo na Lei Orgânica do Município, a realização de uma audiência pública para discutir, de forma ampla e transparente, sobre o serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Nova Lima. Em discussão, vereador José Doroteu Martiniano: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria de sugerir à vereadora que ela pudesse acrescentar a convocação do Juizado, do Juiz, a Promotora de Justiça e a Delegada da Mulher, para comparecerem nessa audiência pública, se ela me permitir”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mais que permitido, Doroteu, eu te convido a construir essa discussão junto comigo, com toda a sua experiência à frente da defesa das crianças e dos adolescentes do nosso município, para que a gente garanta a dignidade humana dessas crianças, para que não haja violação dos





direitos humanos, enfim, acho que vai ser muito rico se a gente construir isso juntos”.

Requerimento aprovado por nove votos. Vereador Cláudio José de Deus: “eu queria fazer uma moção de pesar, a morte agora de Celso Bernardino dos Santos. Quem meche com esporte, o Zelino, o pessoal que meche conhece, é Forma, tem o irmão dele que é Celso. É uma pessoa importante, estava na festa junto com a gente, no domingo, ele passou mal no Campo do Barra do Céu, ele desceu, ia apitar um jogo no Campo do Olaria, mas não teve condições, foi atendido na UPA, mesmo assim ele foi para a festa, ficou um tempo com a gente, depois foi embora. Ontem ele teve um problema e agora ele veio a falecer. Uma moção de pesar. Ele era um cara bacana, um cara muito humilde e solidário a todos”.

Em discussão, vereador Silvânio Aguiar Silva: “Claudinho, eu vou te pedir para assinar junto, era o meu requerimento e eu acho que é muito justo o seu requerimento, gostaria de assinar junto com vossa excelência”. Vereador Cláudio José de Deus: “beleza”.

Requerimento aprovado por nove votos. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “só reafirmar os dois requerimentos que eu fiz na hora da votação do projeto de lei da educação. Só para ficar registrado em Ata, requeiro a formação de uma comissão contínua da Comissão de Educação da Câmara, conjuntamente com servidores, que serão de alguma forma determinados por decreto do Executivo, para que a gente possa fazer o acompanhamento realmente do enquadramento dos servidores no novo estatuto e no novo plano de cargos e salários que foi votado aqui nessa noite. Conjuntamente, eu quero que seja analisado de forma ampla o nosso requerimento de número 34, de 2023, que é a questão da divisão do recurso da educação, do FUNDEB, que normalmente vira uma



parcela a mais para cada servidor da educação. Então, é um requerimento conjunto de duas ações em prol da educação do município de Nova Lima”. Requerimento aprovado por nove votos. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, não é requerimento. Nós estamos terminando esse ano e eu quero cumprimentar a Mesa Diretora, cumprimentar o Claudinho, cumprimentar vossa excelência e o vice-presidente também, cumprimentar todos os vereadores e os funcionários da Casa, eu acho que foram primordiais para a gente, para o nosso trabalho, na orientação, nos ajudando a fazer um mandato mais perto da população possível. Ressaltar a importância dessa Casa Legislativa, a importância dos trabalhos que foram gerados aqui durante esse ano, as discussões, todas as ações que nós fizemos, eu acredito que elas contribuíram muito para o engrandecimento da nossa cidade, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas da nossa cidade. Eu penso que é isso aí, o vereador é um servidor público que tem que trabalhar para o povo. Então, mais uma vez, parabéns para o senhor pela condução maestral dessa Casa. Hoje foi um exemplo clássico para mim, que uma reunião que tinha tudo para ser muito confusa e foi extremamente bem conduzida. Parabéns à Mesa Diretora. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “agradeço ao vereador. Tem mais algum requerimento verbal?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu acho que vale aqui parabenizar o vereador Zelino pela audiência pública construída por ele, que discutiu políticas públicas para a população surda do nosso município. Parabéns, Zelino, por toda mobilização, foi um momento muito rico, um momento onde eu pude aprender demais com essa população, onde a gente saiu com mais informações para contribuir para



a construção de políticas públicas mais inclusivas. Então, ficam aqui meus parabéns a você”. Vereador Joselino Santana Dias: “muito obrigado, vereadora Juliana. E obrigado por você ter estado presente e contribuído com a gente naquela audiência”. Senhor Presidente: “estamos caminhando agora para o fim, agradecer a todos os vereadores, agradecer o pessoal do Parlamentar que nos ajuda muito, contribui muito, a gente dá muito trabalho lá, às vezes, até confuso, porque as demandas da Casa são muito grandes. Acho que a gente está concluindo mais um ano muito bem, acho que um ano de muita harmonia. E a gente pode, essa Casa é para isso mesmo, para discordar, para concordar também, às vezes, para voltar atrás muitas das vezes também. Eu acho que cada vereador está de parabéns, porque a gente tem que desprender do nosso ego principalmente interior, que a gente muitas das vezes chega com uma visão, entra nessa Casa com uma visão e a gente vai mudando no decorrer. Essa Casa ensina muito para a gente, nós tivemos um ano de muito aprendizado. Tivemos dois anos de muito aprendizado também com o vereador, nosso eterno Presidente, Anisinho. Nós tivemos a festa dos servidores e deu para ver a união, principalmente a união de todos os gabinetes, que eu acho que foi muito difícil ver isso na Casa nos tempos anteriores, em legislaturas passadas, mas os gabinetes conversam também, eu acho que é importante a gente se respeitar, porque cada assessor também está dando o seu melhor, ele está contribuindo muito para o nosso mandato. Essa turma nossa trabalha muito. Quero lembrar que a Casa vai entrar em recesso agora, mas os trabalhos não param e, se a cidade precisar, prontamente, todos os vereadores vão estar aqui a qualquer momento, como a gente sempre esteve. Em momentos de dificuldade, quando a



gente conseguiu um recesso, teve a chuva, todos os vereadores retornaram no mesmo dia para as suas funções aqui, porque a função do vereador não tem recesso, não tem férias, a gente está 24 horas à disposição dessa cidade. Então, eu queria agradecer a paciência também de cada um dos vereadores aqui, que colaboram e nos ajudam na condução dos trabalhos. A gente é só o porta-voz dessa Casa, eu sou muito satisfeito de estar à frente com vocês, com os senhores e as senhoras. O meu muito obrigado. Vamos entrar em recesso, mas nos colocamos à disposição da cidade. Apresentação de oradores inscritos, já antecipamos. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite a todos, bom recesso”.

---